

INFORMATIVO AJG/PJSC

Edição nº 6: Reembolso de honorários por sucumbente

Em razão da verificação da reduzida arrecadação de receitas provenientes de reembolso de honorários de assistência judiciária gratuita por sucumbente frente aos elevados valores pagos pela AJG/PJSC, informamos que a Resolução CM n. 5/2019 prevê o reembolso nos seguintes termos:

Art. 10. Os pagamentos efetuados de acordo com esta resolução não eximem o sucumbente de reembolsá-los ao erário, salvo se beneficiário da assistência judiciária gratuita.

§ 1º O reembolso ao erário de que trata o caput deste artigo será realizado por meio de código específico em guia de recolhimento judicial.

§ 2º Se a sucumbência recair sobre:

I - entidades com prerrogativa de pagamento de dívidas conforme o art. 100 da Constituição Federal, será expedida requisição de pagamento em favor do Fundo de Reparelhamento da Justiça;

II - outras pessoas, será expedida intimação para o pagamento de que trata o caput deste artigo.

Portanto, cabe às unidades judiciais responsáveis pela nomeação, após o trânsito em julgado, apurar os valores de honorários pagos a profissionais que atuaram no processo judicial em benefício dos assistidos pela Assistência Judiciária Gratuita do Poder Judiciário de Santa Catarina para fins de intimação ou expedição de requisição de pagamento em favor do FRJ, conforme o caso, com o objetivo de cobrar da parte sucumbente o reembolso desses valores.

Somente no caso de a parte sucumbente também ser beneficiária da assistência judiciária gratuita o reembolso não é devido.

A **guia de recolhimento judicial** para esse fim deve ser emitida no **código de recolhimento: 25744 – “Reembolso de honorários por sucumbente – AJG”**.

A cobrança desses valores deve ser realizada no âmbito das unidades judiciais.

EQUIPE AJG/PJSC